

Superior Tribunal de Justiça

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.460.190 - RJ (2019/0058557-6)

RELATOR : **MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES**
AGRAVANTE : UNIMED MONTES CLAROS COOPERATIVA TRABALHO MEDICO LTDA
ADVOGADOS : PAULA REGINA GUERRA DE RESENDE E OUTRO(S) - MG080788
EVANDRO PAES BARBOSA - MG000430
LILIANE NETO BARROSO - RJ148054
MONIQUE DE PAULA FARIA - MG131497
THIAGO HENRIQUE GONCALVES DE FARIA - MG164024
MIRIA ROBERTA SILVA DA GLORIA GLUECK - MG159399
GUILHERME AMARAL DE LOUREIRO - MG150067
AGRAVADO : AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO 3/STJ. RESSARCIMENTO AO SUS. VIOLAÇÃO AOS ARTS. 489 E 1.022 DO CPC/2015. NÃO OCORRÊNCIA. PRESCRIÇÃO APLICÁVEL. QUINQUENAL. DECRETO 20.910/1932. ACÓRDÃO EM HARMONIA COM A JURISPRUDÊNCIA DO STJ. TERMO INICIAL. PRESCRIÇÃO. AUSÊNCIA DE INDICAÇÃO DO DISPOSITIVO LEGAL VIOLADO. SÚMULA 284/STF. AGRAVO CONHECIDO PARA CONHECER PARCIALMENTE DO RECURSO ESPECIAL E, NESSA EXTENSÃO, NEGAR-LHE PROVIMENTO.

DECISÃO

Trata-se de agravo em recurso especial interposto por UNIMED MONTES CLAROS COOPERATIVA TRABALHO MÉDICO LTDA., em face decisão proferida pelo Tribunal Regional Federal da 2ª Região que inadmitiu recurso especial manejado contra acórdão assim ementado:

PROCESSUAL CIVIL. CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. ANS. RESSARCIMENTO AO SUS. PRESTAÇÃO JURISDICIONAL EFICIENTE. PRESCRIÇÃO NÃO CONFIGURADA.

1. A apelante pretende a reforma da sentença que julgou improcedente, nos termos do art. 269, I, do CPC/73, o pedido de declaração de nulidade dos débitos oriundos da obrigação de ressarcimento ao SUS, prevista no art. 32 da Lei nº 9.656/98.
2. As teses de defesa são: nulidade da sentença por negativa de prestação jurisdicional e a prescrição do crédito.
3. A sentença apreciou os documentos constantes nos autos, mas afastou o termo inicial da prescrição proposto pela parte autora. Logo, a apreciação detalhada das datas dos atendimentos médicos cujos ressarcimentos a lei impõe não modificaria a conclusão de que tais marcos não interferem na obrigação exigida.
4. Nos moldes do entendimento jurisprudencial consagrado, o magistrado,

Superior Tribunal de Justiça

ao apreciar a contenda, deve apresentar as razões que o levaram a decidir, porém não é obrigado a se pronunciar, ponto a ponto, sobre todas as teses elencadas pelas partes, desde que haja encontrado razões suficientes para decidir.

5. "O art. 93, IX, da Constituição Federal exige que o acórdão ou decisão sejam fundamentados, ainda que sucintamente, sem determinar, contudo, o exame pormenorizado de cada uma das alegações ou provas, nem que sejam corretos os fundamentos da decisão" (STF - AI 791292 QO-RG, rel. Min. GILMAR MENDES, DJe 13/08/2010).

6. Afasta-se, também, o segundo argumento de defesa da apelante. É inaplicável, no caso em tela, a prescrição trienal prevista no art. 206, § 3º, inciso IV, do Código Civil, já que a cobrança a título de ressarcimento ao SUS (art. 32 da Lei n.º 9.656/98) tem natureza de receita pública não tributária. Portanto, não se trata de indenização civil oriunda da relação de direito privado.

Levando-se em consideração que a ANS é autarquia pública federal, abrangida pelo conceito de Fazenda Pública, aplica-se o prazo quinquenal estabelecido no art. 1º do Decreto n.º 20.910/32.

7. A notificação da decisão proferida no processo administrativo, que analisou o recurso da parte autora, ocorreu em 25/01/2013, prescrevendo o direito à cobrança pela via da execução fiscal somente em 2018.

8. A apelante não logrou desconstruir os fundamentos da sentença, que ora se mantém. Os honorários advocatícios arbitrados pela sentença no percentual de 10% do valor da causa obedeceram ao disposto no artigo 20, §§ 3º e 4º, do CPC/1973, vigente à época da sentença, sendo adequados e não merecem reparo.

9. Apelo conhecido e desprovido.

Os embargos foram rejeitados.

Nas razões do recurso especial, fundamentado na alínea "a" do permissivo constitucional, o recorrente sustenta, preliminarmente, violação aos artigos 489 e 1.022 do CPC/2015, aduzindo que o Tribunal de origem considerou para o deslinde da causa uma GRU que não é objeto da presente ação, o que muda o termo inicial da contagem do prazo prescricional, o que não respeita a correta apreciação da prova dos autos (371, CPC/2015).

No mérito, alega malferimento aos artigos 189 e 206, §3º, IV, do CC/2002, acrescentando que ao caso deve ser aplicado o prazo trienal da prescrição por se tratar a causa cuja a relação é de natureza cível. Expõe que a incidência do prazo quinquenal estabelecido no art. 1º do Decreto 20.910/1932 foi equivocada.

Por fim, defende que mesmo diante da aplicação do Decreto mencionado a celeuma estaria prescrita, em razão do transcurso de 11 anos após o conhecimento pelo Recorrente do discutido em processo administrativo.

Contrarrazões apresentadas.

Sobreveio juízo negativo de admissibilidade pelo Tribunal de origem.

Insurge-se a parte agravante contra essa decisão, afirmando que, ao contrário do que supõe o juízo de admissibilidade, o recurso especial reúne condições de ser processado.

Apresentada contraminuta.

É o relatório. Passo a decidir.

Faz-se necessário consignar que o presente recurso atrai a incidência do Enunciado Administrativo 3/STJ: *"Aos recursos interpostos com fundamento no*

Superior Tribunal de Justiça

CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC”.

Presentes os pressupostos de admissibilidade do agravo, passo a análise do recurso especial.

A pretensão não merece acolhimento.

Cinge-se a controversia ação ordinária visando a declaração de nulidade de débitos oriundos de obrigação de ressarcimento ao SUS prevista no art. 32 da Lei 9.656/1998.

O Tribunal *a quo* ao analisar a causa observou que a sentença afastou o termo inicial da prescrição pleiteado pela demandante, concluindo que o detalhamento das datas de atendimento não ensejariam modificação dos marcos prescricionais.

Acrescentou, ainda, que o prazo trienal da prescrição contido no CC/2002 não se aplica à espécie, pois a natureza da verba relativa ao ressarcimento ao SUS é pública, o que atrai a incidência do lustro prescricional fixado pelo artigo 1º do Decreto 20.910/1932.

Primeiramente, afasto a alegada ofensa aos artigos 489 e 1.022 do CPC/2015, eis que o acórdão recorrido se manifestou de forma clara e fundamentada sobre a matéria posta em debate e na medida necessária para o deslinde da controvérsia.

Não há que se falar, portanto, em negativa de prestação jurisdicional, visto que tal situação somente se configura quando, na apreciação de recurso, o órgão julgador insiste em omitir pronunciamento sobre questão que deveria ser decidida, e não foi.

De comum sabença, cabe ao magistrado decidir a questão de acordo com o seu livre convencimento, utilizando-se dos fatos, provas, jurisprudência, aspectos pertinentes ao tema e da legislação que entender aplicável ao caso (c.f. AgRg no AREsp 107.884/RS, Rel. Ministro Humberto Martins, DJe 16/05/2013), não estando obrigado a rebater, um a um, os argumentos apresentados pela parte quando já encontrou fundamento suficiente para decidir a controvérsia (c.f. EDcl no AgRg no AREsp 195.246/BA, Rel. Min. Napoleão Nunes Maia Filho, DJe 04/02/2014). Relembre-se, conjuntamente, que a motivação contrária ao interesse da parte não se traduz em maltrato ao artigo 489 e 1.022 do CPC/2015.

De outro giro, no que diz respeito à legislação que deve ser considerada para a aplicação do prazo prescricional - trienal do CC/2002 ou quinquenal do Decreto 20.910/1932 - essa Corte Superior possui orientação no sentido que nos casos que envolvem o ressarcimento ao Sistema Único de Saúde, tanto pela operadores de plano de saúde como pelos segurados de saúde, o prazo aplicável é o de cinco anos disposto no Decreto 20.910/1932, senão vejamos:

ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. OPERADORA DE PLANO DE SAÚDE. RESSARCIMENTO AO SUS. INEXISTÊNCIA DE PRESCRIÇÃO. AUSÊNCIA DE OMISSÃO. ART. 1.022 DO CPC. FALTA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULA 211/STJ. IMPOSSIBILIDADE DE REEXAME DO CONTEXTO FÁTICO-PROBATÓRIO PRODUZIDO NOS AUTOS. SÚMULA 7 DO STJ. [...] 3. No âmbito do STJ já se assentou o entendimento jurisprudencial de que, nas demandas envolvendo pedido de ressarcimento ao Sistema Único de Saúde pelas operadoras de planos ou pelos segurados de saúde, incide o prazo prescricional quinquenal,

previsto no Decreto 20.910/1932, e não o disposto no Código Civil, em observância ao princípio da isonomia, sendo o termo inicial a notificação da decisão do processo administrativo que apura os valores a serem ressarcidos, porquanto somente a partir de tal momento é que o montante do crédito poderá ser quantificado. 4. A Corte a quo assentou que "não houve paralisação do processo administrativo por mais de 5 anos, não havendo de se cogitar eventual prescrição intercorrente". Modificar tal entendimento exigiria o reexame do contexto fático-probatório produzido nos autos, o que é inviável na estreita via do Recurso Especial, ante o óbice enunciado pela Súmula 7 do STJ. 5. Recurso Especial conhecido parcialmente e, nessa parte, não provido. (REsp 1818600/SP, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 20/08/2019, DJe 13/09/2019)

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015. APLICABILIDADE. ALEGAÇÃO GENÉRICA DE OFENSA A DISPOSITIVO DE LEI FEDERAL. DEFICIÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO. INCIDÊNCIA, POR ANALOGIA, DA SÚMULA N. 284/STF. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO DO ART. 10 DO DECRETO-LEI 20.910/32. INCIDÊNCIA DA SÚMULA N. 211/STJ. DIREITO ADMINISTRATIVO. RESSARCIMENTO AO SUS. PRESCRIÇÃO QUINQUENAL. DECRETO 20.910/32. ART. 32 DA LEI 9.656/98. ART. 199 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. CONSTITUCIONALIDADE. PRECEDENTE DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. AUSÊNCIA DE SUBSTRATO PROBATÓRIO SUFICIENTE PARA ILIDIR AS CONCLUSÕES DA AUTORIDADE ADMINISTRATIVA. TABELA TUNEP .REVISÃO. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA N. 7/STJ. INCIDÊNCIA. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL. NÃO CONHECIMENTO. ARGUMENTOS INSUFICIENTES PARA DESCONSTITUIR A DECISÃO ATACADA. HONORÁRIOS RECURSAIS. CABIMENTO. APLICAÇÃO DE MULTA. ART. 1.021, § 4º, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015. DESCABIMENTO. [...] V - Verifico que o acórdão recorrido adotou entendimento consolidado nesta Corte, segundo o qual a prescrição da pretensão de cobrança do ressarcimento ao SUS, por ter natureza de dívida não tributária, é quinquenal, com base no Decreto 20.910/1932. [...] X - Agravo Interno improvido. (AgInt no REsp 1780472/RJ, Rel. Ministra REGINA HELENA COSTA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 08/04/2019, DJe 11/04/2019)

No que tange ao argumento relacionado ao termo inicial da contagem do prazo prescricional, cumpre asseverar que o recurso especial, de natureza extraordinária, não é conhecido quando não demonstrados os pressupostos constitucionais. Exige-se para a admissão do apelo clareza na indicação dos artigos de lei federal alegadamente violados, o que não foi observado na espécie. Esse é o teor da jurisprudência cristalizada pelo Supremo Tribunal Federal na Súmula 284/STF – "é inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia" –, também aplicada ao especial.

Ante o exposto, com fulcro no art. 932, III e IV, do CPC/2015 c/c o art. 253, parágrafo único, II, b, do RISTJ, conheço do agravo para conhecer parcialmente do recurso especial e, nessa extensão, negar-lhe provimento.

Superior Tribunal de Justiça

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 1º de outubro de 2019.

MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES

Relator

